



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 03/12/15

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Rui Lemos
Martins
para relatar.

Em 03/12/15

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 32/2015
PROCESSO AL – 8357/15
AUTOR (A): Dep. João Madson
RELATOR (A): Dep. Rubem Martins

APROVADO À UNANIMIDADE em, 09/12/15 _____ Presidente da Comissão de _____ Justiça
--

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe, que **“Altera a Lei nº 6.309, de 30 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, que desenvolvem atividades específicas de fiscalização agropecuária, e dá outras providências”**.

A proposição faz parte do Processo Legislativo Art. 96, Inciso I, alínea “g” e art. 105 do Regimento Interno e arts. 73 e 75 da Constituição Estadual.

A presente matéria é de competência privativa do Governo do Estado, conforme disposto na **Constituição Estadual, art. 75, §2º, inciso II, alínea b.** O referido **Indicativo de Projeto de Lei** propõe a **“incorporação da Gratificação de Fiscalização Agropecuária – GFA ao vencimento”** do servidor da **ADAPI (Lei nº 6.309, de 30/01/2013, arts. 12; 13 e 27)**. Ressalto que essa **“Gratificação de Produtividade” (Estatuto do Servidor Estadual e suas alterações, LC nº 13/94; LC nº 28/03 e suas alterações (Lei de Organização do Estado do Piauí))**, ora proposta, é de suma importância para a valorização do servidor, para que o mesmo possa desempenhar de forma eficaz, eficiente e ética, sua função, haja vista, a fiscalização ser um dos métodos legais e constitucionais de avaliação e diagnóstico dos serviços prestados à sociedade e subsídio para a posterior aplicação da lei. Enfim, concluída as análises cabíveis quanto à constitucionalidade da matéria, e não havendo óbices, o referido projeto está em conformidade com todos os dispositivos legais.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.

Rubem Martins
Dep. Estadual



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório e por a proposição se encontrar nos dispositivos regimentais, constitucionais e legais, com boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 09 de dezembro de 2015.

Rubem Martins
Dep. Estadual